EDUCAÇÃO, POLÍTICA E PROPAGANDA: O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE NA EXPOSIÇÃO NACIONAL DO ESTADO NOVO (1938-1939)

EDUCATION, POLITICS AND PROPAGANDA: THE MINISTRY OF EDUCATION AND HEALTH AT THE EXPOSIÇÃO NACIONAL DO ESTADO NOVO (1938-1939)

Renata Marcílio Cândido 1
Pedro Henrique Gonçalves Amorim 2

Resumo: *O objetivo deste texto é analisar a presença do Ministério da Educação e Saúde (MES) na Exposição Nacional do Estado Novo, evento ocorrido no Rio de Janeiro, entre 1938 e 1939, cujo objetivo era expor à população aquilo que a administração central havia logrado fazer desde os anos 1930. Partindo da premissa de que o Estado Novo buscou legitimar-se por meio da Exposição, argumentamos que o pavilhão do MES possuiu papel importante para o evento, na medida em que enunciou as diretrizes da política educacional do regime: a nacionalização e a centralização (Bomeny, 1999). Para isso, o Ministério da Educação lançou mão de um conjunto de artefatos (maquetes, fotografias, painéis etc.) como forma de disseminar as representações (Chartier, 1991, 2002) das políticas em curso. Tratava-se de uma estratégia de legitimação (Certeau, 1998), que, por meio do apelo à visualidade, dava a ver as diretrizes da política educacional do Estado Novo.*

Palavras-chave: *Exposição Nacional do Estado Novo. Ministério da Educação e Saúde. Gustavo Capanema.*

Abstract: *The aim of this text is to analyze the presence of the Ministry of Education and Health (MES) at the Exposição Nacional do Estado Novo, an event that occurred in Rio de Janeiro between 1938 and 1939 and whose objective was to expose to the population what the central administration had managed to do since the 1930s. Based on the premise that the Estado Novo sought to legitimize itself through this exhibition, we argue that the MES hall had an important role in the event, as it enunciated the regime's educational policy goals: nationalization and centralization (Bomeny, 1999). The Ministry of Education used a range of objects (models, photographs, panels, etc.) as a way of disseminating representations (Chartier, 1991, 2002) of the policies underway. It was a legitimization strategy (Certeau, 1998), which by appealing to visuality, showed the lines of the Estado Novo's educational policy.*

Keywords: *Exposição Nacional do Estado Novo. Ministry of Education and Health. Gustavo Capanema.*

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Lattes: http://lattes.cnpq.br/9931089607245261. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8032-881X. Email: renata.candido@unifesp.br

2 Estudante do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e do curso de História da mesma instituição. Graduado em Pedagogia pela UNIFESP (2022). Lattes: lattes.cnpq.br/1943001374087294. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5094-8241. Email: pamorim@unifesp.br

A vitrine do Estado Novo: a constituição material dos novos ideais políticos

No dia 10 de dezembro de 1938, o jornal carioca *Correio da Manhã* noticiou evento dos mais notórios na cidade do Rio de Janeiro: "Inaugura-se hoje a Exposição Nacional do Estado Novo"[1]. Dias antes, em 6 de dezembro, o periódico *O Imparcial* publicou anúncio acerca da referida Exposição. A peça publicitária destacava: "Afirmações concretas de realizações públicas em todos os ramos de actividade official, civil e militar"[2].

Aproveitando a estrutura mobilizada para a XI Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro, evento sediado na Ponta do Calabouço, RJ, a Exposição Nacional do Estado Novo contou com a participação de todos os ministérios do governo Vargas (Fraga, 2017). O certame, como se noticiava à época, tinha o objetivo de expor a amplo público aquilo que a administração central conseguiu fazer desde os anos 1930. As ações previstas foram delineadas no âmbito do Ministério da Justiça, à época sob responsabilidade de Francisco Campos e do Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Além do evento, o DNP elaborou um catálogo impresso a respeito da Exposição, no qual é possível obter informações sobre cada um dos pavilhões por meio de sínteses escritas e imagens.

Os pavilhões ministeriais eram compostos de "[...] interessantíssimo material, [...] graphicos, photographias e 'maquettes', artisticamente dispostos" (*Gazeta de Notícias*, 13 de dezembro de 1938)[3]. O recurso a artefatos baseou as estratégias de legitimação do regime político recém-instalado. Em outras palavras, por meio dos objetos, os ministérios enunciaram as grandes linhas das políticas que conduziam. A visualidade era a tônica da Exposição: era por meio dela que se buscava legitimar o regime recém-instituído.

Criado em dezembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde (MES), à época sob o comando de Gustavo Capanema[4], possuía pavilhão próprio na Exposição, onde dava a ver ações relacionadas à cultura, educação, saúde e assistência. Em matéria de educação, diferentes âmbitos eram enfatizados: ensinos superior, profissional, secundário e primário; educação especial e profissional; educação cívica e educação física. Para apresentar cada um desses âmbitos, foram selecionados maquetes, fotografias e painéis que materializavam as estratégias de legitimação da política educacional em curso. O apelo foi dado ao aspecto visual, uma vez que se pretendia atingir a amplo público.

Partindo da premissa de que o Estado Novo buscou legitimar-se por meio da Exposição, pretendemos argumentar que o pavilhão do MES possuiu papel importante para o evento, na medida em que enunciou as diretrizes da política educacional do Estado Novo: a nacionalização e a centralização (Bomeny, 1999). Tratava-se de uma estratégia de legitimação (Certeau, 1998), que, por meio de representações (Chartier, 1991, 2002), dava a ver as diretrizes da política educacional do regime.

Consideramos por *representação* as disputas que têm como objeto as definições em torno do real, isto é, as disputas pelos esquemas classificatórios por meio dos quais se busca conferir inteligibilidade à realidade (Chartier, 2002). Os anos 1920 e 1930 caracterizaram-se pelo intenso debate decorrido no campo da educação (Carvalho, 1988, 2016). Diferentes maneiras de representar o fenômeno educativo disputaram espaço nas discussões tecidas a esse respeito. A posição política do Ministério da Educação e Saúde marca um lugar, um ponto de vista (Bourdieu, 2004) a partir do qual foram elaboradas determinadas representações sobre a administração dos assuntos educacionais. A centralização das decisões e a nacionalização do ensino marcaram as

1 Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1938, sábado, n. 13, anno XXXVII, p. 3. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 28 de jan. de 2024.

2 O Imparcial, Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1938, domingo, n. 1089, anno IV, p. 16. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 28 de jan. de 2024.

3 Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1938, terça-feira, n. 239, anno 64, p. 12. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 28 de jan. de 2024.

4 Gustavo Capanema (1900-1985) foi um político mineiro com longa atuação em diferentes espaços do poder (sua carreira política teve termo apenas em 1979). Entre 1934 e 1945 esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde, notabilizando-se como o articulador de reformas do ensino em diferentes âmbitos (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000).

representações do MES.

Por sua posição privilegiada, o Ministério utilizou-se de diferentes estratégias para difundir e legitimar suas representações. A Exposição pode ser entendida como uma dessas estratégias. A noção de *estratégia* é tomada de empréstimo de Michel de Certeau (1998), quem adotou um modelo polemológico para analisar os consumos culturais no contexto francês. As estratégias, em oposição às táticas, caracterizam-se como movimentos do mais forte no terreno da produção cultural (Certeau, 1998). No caso da análise em questão, as estratégias são os movimentos do Estado no sentido de difundir sua ideologia, utilizando-se do controle sobre os meios de propaganda. Em relação à Exposição, é possível entendê-la como estratégia pela qual o governo central buscou legitimar a imposição de um regime autoritário. Dirigindo-se a amplo público, a Exposição objetivava justificar, com recurso à visualidade, o Estado Novo e a necessidade das medidas repressivas e de controle.

Em matéria de educação, argumentamos que o MES, enquanto órgão burocrático da administração estado-novista, tentou, por meio da Exposição, legitimar a centralização e a nacionalização associadas às políticas educacionais como medidas imprescindíveis à educação nacional. O discurso dirigia-se à população, quem se pretendia atingir através de uma série de elementos visuais articulados para disseminar as representações que o Ministério tinha a respeito das ações que conduzia. Tratava-se de uma estratégia de legitimação das medidas levadas a cabo pelo órgão.

Para sustentar a argumentação, mobilizamos as fotografias do pavilhão do MES — constantes no fundo documental *Gustavo Capanema* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (GC foto 147, CPDOC – FGV)[5] —, bem como o catálogo produzido pelo DNP, *Exposição Nacional do Estado Novo*[6]. Ainda, recorremos a documentos dispostos no Gabinete do Ministério da Educação e Saúde (MES)[7], datados do ano de 1938, período em que a pasta estava a cargo de Gustavo Capanema. Os referidos documentos encontram-se à disposição em acervos virtuais. O exercício argumentativo justifica-se pela contribuição que pode vir a representar para a compreensão das estratégias propagandísticas empreendidas pelo Estado Novo (Capelato, 2021), com ênfase para o que ocorreu em matéria de educação e para o aspecto material[8] das estratégias de legitimação pelas quais se veiculou determinadas representações das diretrizes políticas estado-novistas.

Para acessar a visualidade da Exposição, tomamos como documentação as fotografias que retratam o evento. Segundo Kossoy (2002), a fotografia comporta

5 Aspectos da Exposição Nacional do Estado Novo e do Pavilhão do Ministério da Educação e Saúde. GC foto 147. 1938-1939. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo-pessoal/gc/audiovisual/aspectos-da-exposicao-nacional-do-estado-novo-e-do-pavilhao-do-ministerio-da-educacao-e-saude/. Acesso em: 26 jan. 2024.

6 Exposição Nacional Do Estado Novo. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda, 1939. Disponível em: https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/exposicao-nacional-do-estado-novo. Acesso mais recente em 26 de jan. de 2024.

7 Trata-se de anotações manuscritas e datilografadas produzidas com o intento de planejar e organizar a participação do Ministério na Exposição Nacional do Estado Novo. Os arquivos encontram-se à disposição no fundo documental Gustavo Capanema, na série documental Assuntos Administrativos, referência GC f 1935.05.00, do CPDOC-FGV. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo. Acesso em: 14 fev. 2024.
Por inferência, afirmamos que as notas foram produzidas pelo próprio Capanema, na medida em que são inscritas, em sua maioria, em papel timbrado com indicações do Gabinete do Ministério, bem como apresentam caligrafia bastante semelhante àquela que encontramos em correspondências redigidas pelo ministro. Como exemplo, é possível citar as retificações que Capanema faz em correspondência enviada a Niemeyer, datada de 30 de janeiro de 1939, em agradecimento à participação do arquiteto na organização do pavilhão do MES. À carta datilografada, o ministro acrescenta algumas inscrições em lápis com o intuito de retificá-la. Vemos nessas inscrições aspectos da caligrafia de Capanema que, por comparação, assemelham-se àqueles que observamos nas aludidas notas. O documento pode ser encontrado sob a ordem GC b Niemeyer, O (7) na série documental Correspondentes do fundo Gustavo Capanema do CPDOC-FGV. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo. Acesso em: 17 fev. 2024.

8 Nesse sentido, a definição de cultura material conforme acepção de Meneses (1983), isto é "[...] segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem" (p. 112), aparece como adequada às finalidades deste texto. Por meio da Exposição, o MES apropriou-se da visualidade de fotografias, maquetes e painéis para lhes incutir as representações pretendidas. Por meio dos recursos materiais, esperou legitimar os aspectos das políticas conduzidas pelo Ministério.

dimensões técnicas e processos mentais. Do lado da técnica, encontram-se recursos ópticos fotossensíveis capazes de captar a reflexão da luz, tal como mecanismos químicos ou eletrônicos que revelam a aparência capturada. Do ponto de vista dos processos mentais, é possível entender aquilo que, à título de motivação, baliza a produção da fotografia: a seleção do assunto; dos equipamentos; do enquadramento; do momento; do processamento da captura e das possibilidades de leitura. A leitura de imagens é igualmente um processo mental, porque está relacionada às múltiplas experiências que são mobilizadas quando tem a visualização de uma fotografia: "[...] a imagem fotográfica ultrapassa, na mente do receptor, o fato que representa" (Kossoy, 2002, p. 46).

Conforme Lacerda (2000), a fotografia foi amplamente utilizada como estratégia de difusão do regime varguista, marcando presença na divulgação das ações de vários setores do governo. Ao lado do rádio e do cinema, figurou como recurso propagandístico direcionado às massas e articulado por aparelhos especializados de publicidade no interior do Estado. No entanto, por ser correntemente tida como prova documental, foi "[...] muito mais operacionalizada do que propriamente pensada" (Lacerda, 2000, p. 107). Em relação à utilização da fotografia pelo MES, Lacerda (2000) enfatiza seu uso numa dupla dimensão: propagandística e educativa.

> Quanto à produção fotográfica especificamente relacionada ao Ministério Capanema, podemos afirmar que, seguindo a tendência da época, a instituição servia-se de fotografias como suporte publicitário, além de produzi-las e utilizá-las como veículo de divulgação de conhecimento, como no caso de exposições que organizava sobre sua atuação (Lacerda, 2000, p. 107).

Nessa perspectiva, cabe analisar as imagens enquanto produção cultural organizada em torno da visualidade que encerra. De modo paralelo à organização da Exposição, as fotografias também buscaram enunciar certa representação a respeito do MES. A diferença, porém, está no fato de que a narrativa visual enunciada pelas fotografias não se restringiu à cronologia do certame, mas buscou "eternizar" o evento.

Contudo, analisar apenas os aspectos visuais induz a equívocos quando se trata da mobilização da cultura material enquanto documento (Funari, 2014). Em vista disso, à análise da cultura material acrescentamos análises de fontes documentais que, complementarmente, ajudam-nos na compreensão das estratégias empreendidas pelo órgão oficial na disseminação da sua ideologia.

Novo Brasil, Novo Estado: a propaganda do Estado Novo na historiografia

O regime autoritário instaurado em 10 de novembro de 1937 despertou e desperta o interesse de uma historiografia identificada com o entendimento dos períodos ditatoriais na história nacional (Costa, 2018). Não por acaso, o interesse particular que se observa por esta temática teve, nos anos 1980, um dos seus marcos: tratava-se de uma época de redemocratização e de compreensão das conjunturas (ou da estrutura) do autoritarismo. Diferentes aspectos do regime foram enfatizados, do âmbito econômico ao âmbito social, passando pelas esferas da cultura, da propaganda e do populismo (Capelato, 2007; Ferreira; Delgado, 2019; Garcia, 1999; Gomes, 2014; Pandolfi, 1999; Sola, 1990; Velloso, 1982).

De modo específico, a literatura a respeito da propaganda como recurso do Estado Novo concedeu destaque às pretensões do regime em propalar sua ideologia com o fito de organizar a sociedade (Garcia, 1999). Os articuladores da propaganda varguista encontraram nos regimes totalitários europeus exemplos considerados "bem-sucedidos" de propaganda política (Capelato, 1999). De pronto, postularam uma ligação direta entre a sociedade e o Estado. Como se estava diante de um público diverso, cumpria recorrer a estratégias variadas para que a mensagem

transmitida pudesse atingir a todos os agrupamentos sociais.

Nessa direção, Velloso (1982) analisa como duas publicações periódicas editadas e difundidas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão de publicidade e censura instituído em 1939, e pelo Instituto Nacional de Ciência Política destinavam-se a diferentes públicos. De um lado, a revista *Cultura Política* (1941-1945) objetivava a elaboração da ideologia estado-novista e, por isso, lançava mão de uma linguagem pouco mais complexa, destinada a um público mais restrito. Do outro, a *Ciência Política* (1940-1945) era uma revista de difusão do discurso do regime, adotando, por conseguinte, um estilo mais sintético.

Além da imprensa escrita, outros instrumentos cumpriram o expediente publicitário. O famoso programa de rádio *A Hora do Brasil*, por exemplo, é constantemente lembrado como importante recurso de propaganda do Estado Novo (Capelato, 2007, 2021). Além disso, o governo também se empenhou na elaboração de filmes, peças teatrais e de exposições (Bello, 2006; Fausto, 2006; Sampaio, 2022).

A segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcadas por exposições cujo escopo abrangia vários países. As mostras foram realizadas como eventos de visibilidade que expunham coleções de objetos, produtos manufaturados, fotografias, espécimens naturais etc. A linguagem museológica baseou a organização dos certames, expressando-se nas coleções e na visualidade (Barbuy, 1996).

As *Exposições Universais*, como denominadas, desenvolveram-se *pari passu* ao avanço da industrialização e da urbanização (Benjamin, 2022). Para Benjamin (2022), foram a apoteose do processo de fetichização da mercadoria, porque centralizaram a atenção no valor de troca em detrimento do valor de uso daquilo que estava em exposição. Não sem razão, nesses eventos, uma certa noção de luxo começou a ser fomentada (Benjamin, 2022) e a noção de um mercado consumidor cada vez mais amplo, a ser forjada (Barbuy, 1996; Benjamin, 2022).

As Exposições foram também lugares de representação (Pesavento, 1994). Montadas de modo a veicular imagens, ajudaram a alicerçar as "nações". Pavilhões nacionais, como o brasileiro na *Exposição de Paris de 1889*, reforçavam estereótipos e, não obstante, procuravam promover uma identidade nacional mais próxima do que se convencionava progresso (Barbuy, 1996). Para Kuhlmann Júnior (2001), as exposições internacionais construíram inteligibilidades no sentido de ranquear as nações, para o que determinada escala do progresso contribuía na condição de critério de análise (Pesavento, 1994). No topo do pretenso *ranking*, países como a França, a Inglaterra e os emergentes Estados Unidos. Na base, aqueles países a compor os continentes de África, Ásia e América do Sul (Barbuy, 1996; Pesavento, 1994). Como critérios do progresso figuravam: a industrialização, o desenvolvimento das cidades, da arquitetura, das belas artes e, de modo crescentemente relevante, a instrução (Kuhlmann Júnior, 2001).

A primeira das exposições estado-novista aproveitou o ensejo das comemorações de aniversário de instauração do regime para organizar um certame destinado a amplo público no Rio de Janeiro. Tal evento pode ser compreendido como estratégia de legitimação do regime voltada às massas. Se do ponto de vista teórico, a produção de Francisco Campos pode ser tida como meio de legitimação do autoritarismo instituído pelo Estado Novo (Santos, 2007), a Exposição pode ser tomada como estratégia mais simplificada de difundir a ideologia e a argumentação que tentavam conferir sustentação lógica ao regime.

> A época do Estado Novo foi marcada por grandes Exposições Industriais, organizadas pelo Governo de Getúlio Vargas; dentre as exposições nacionais ocorridas durante o período, podem ser citadas: a Exposição Nacional do Governo Nacional, realizada em 1938, no Rio de Janeiro; a Exposição do Livro Brasileiro, em 1940; a Exposição do Estado Novo, em 1941 (Bello, 2006, p. 17).

As exposições varguistas foram meios eficazes de disseminação do ideário do Estado Novo. Bello (2006) retoma a *Grande Exposição Nacional de Pernambuco*, ocorrida entre 1939 e 1940, atentando-se para as fotografias produzidas a respeito do evento. Além dos registros visuais, a autora recorreu à circulação e à divulgação do certame em jornais e periódicos do período,

matizando, na análise, os conjuntos iconográficos e textuais às memórias de pessoas que teriam participado da Grande Exposição pernambucana. Relacionando o contexto histórico às ações do novo regime, a autora conclui pela possibilidade de "[...] verificar que a Exposição realmente expressa características da ideologia estadonovista..." (Bello, 2006, p. 15), configurando-se como um meio eficaz de "[...] formação de um ideário do Estado Novo..." (Bello, 2006, p. 13).

Um dos elementos desse ideário era o anticomunismo. Com relação a isso, Fraga (2017) observou como a propaganda anticomunista fez-se presente nessa primeira Exposição, enfatizando as estratégias veiculadas ao público infantil por intermédio de livros editados pelo DNP. O autor debruçou-se sobre o livro Um passeio de quatro meninos espertos na Exposição do Estado Novo, editado e publicado pelo órgão em 1938. O livro estruturava-se em torno da propaganda anticomunista ao ressaltar a visita de uma turma de estudantes, acompanhados por sua professora, ao pavilhão anticomunista do evento, cuja organização deu-se pelo Ministério da Educação e Saúde. O conteúdo do livro contrasta o regime soviético com o Estado Novo, demonstrando os brios do regime nacional.

A partir das considerações do autor, é possível identificar o fim da Exposição Nacional do Estado Novo, isto é, "[...] revelar ao público as realizações do regime em suas mais diversas áreas de atuação, contando, para isso, com a participação de todos os ministérios" (Fraga, 2017, p. 8-9). Para apresentar os feitos dos ministérios, cada pasta lançou mão de diferentes recursos, dentre os quais predominaram aqueles de ordem material. Como exemplo, tomemos o caso do Ministério da Educação e Saúde. O pavilhão da pasta foi composto por maquetes, fotografias e impressos que apresentavam gráficos e pequenas inscrições referentes às realizações do órgão em matéria de educação, cultura e saúde. A organização deu-se por colaboração de equipes ligadas ao Ministério. Os arquitetos, por exemplo, colaboraram na preparação das maquetes e das informações relativas ao patrimônio nacional. Em carta datada de 30 de janeiro de 1939, Capanema agradece a Oscar Niemeyer, "[...] pela cooperação técnica prestada aos trabalhos de organização do pavilhão do Ministério da Educação [...]"[9].

Sobre esse fato, Sampaio (2022) aponta que, provavelmente, Niemeyer esteve envolvido na preparação da parte externa da estrutura onde o pavilhão do MES foi instalado — um certo tipo de envelopamento da fachada. De acordo com o autor, esta é uma das hipóteses que corrobora a evidência "[...] de similaridade discursiva e programática do evento fascista [*Mostra della Rivoluzione Fascista*] com o brasileiro" (Sampaio, 2022, p. 14), ao mesmo momento em que a fachada do edifício que abrigou o evento italiano foi também "mascarada" por "[...] uma grande fachada em estrutura de madeira decorada por quatro grandes *Fasci Littori* – de 25 metros de altura revestidos em lâminas de cobre" (Sampaio, 2022, p. 3). Para Sampaio (2022), não apenas semelhanças estéticas podem ser observadas entre as Exposições, mas, sobretudo, as intenções políticas de legitimação dos regimes podem ser entendidas como traços similares entre ambos.

> A exibição destas mostras demonstra como a execução de eventos expositivos nacionais passou a ser valorizada pelo Fascismo e pelo Getulismo e de que maneira eram encarados como poderosas ferramentas de coerção política e ideológica (Sampaio, 2022, p. 14).

Prevista para terminar em 1938, o sucesso do evento fez com que a programação da Exposição Nacional pudesse se estender até janeiro de 1939. Parte desse sucesso se relaciona ao fato de que o governo firmou parcerias com redes de hotelaria e transportes para facilitar a vinda de pessoas ao Rio de Janeiro (Fraga, 2017), além de outras atrações associadas à Exposição, como parques de diversão, queima de fogos etc. (Sampaio, 2022). Ainda pensando nas estratégias de propagação do evento, o DNP organizou um catálogo que dispunha sobre os diferentes pavilhões, o que o constitui como documentação relevante para compreender o conteúdo do certame.

9 GC b Niemeyer, O (7) Correspondentes, CPDOC-FGV. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo. Acesso mais recente em 17 de fev. de 2024.

Revista Humanidades e Inovação - ISSN 2358-8322 - v.11, n.2 - Palmas - TO - 2024

O catálogo da Exposição Nacional do Estado Novo

Na capa do catálogo é possível observar uma fotografia cujo enquadramento destaca um dos monumentos presentes na entrada da Exposição. O monumento em questão, erguendo-se verticalmente, fora construído em formato retangular, sustentado por colunas dispostas de modo a formar espaços vazados. Entre os espaços abertos, lê-se o período ao qual a Exposição se referia: 1930-1938. Na parte superior central do enfeite, em letras garrafais, inscreve-se: O NOVO BRASIL, sobre o qual se observa o brasão do Brasil republicano.

Figura 1. Entrada da Exposição Nacional do Estado Novo



Fonte: CPDOC-FGV

Já na folha de rosto, algumas "palavras do presidente" são apresentadas aos leitores. O conteúdo desse discurso sumarizado enfatiza o programa da Exposição: "Contemplamos, aqui, o Brasil inteiro com a variedade dos seus aspectos econômicos e geográficos, numa demonstração panorâmica dos resultados obtidos durante alguns anos de labor profícuo e persistente" (Exposição Nacional do Estado Novo, 1939, s/p). Segue o discurso de Vargas arrolando exaustivamente quais problemas foram objeto de atenção do governo no período enfatizado. São apresentados aspectos econômicos, sociais, culturais e militares — esses dois últimos relacionados com a defesa nacional.

A seção inicial do catálogo introduz, de maneira sintética, o conteúdo do texto. Nesse sentido, assevera o objetivo da Exposição e dirige-se às massas, a quem se pretendia prestar contas das atividades do governo nos oito anos aos quais se referia o evento. Pretendia-se também justificar o regime instaurado, enfatizando o compromisso para com a continuidade dos trabalhos iniciados. Em resumo, buscava-se legitimar o golpe de Estado com recurso à retrospectiva do que se fizera e a uma argumentação que, de modo lógico, concluía pelo recrudescimento do regime como possibilidade do progresso planejado.

A argumentação proposta buscava sustentar-se historicamente apresentando como premissa a tese de que o Estado Novo era o desdobramento lógico das transformações iniciadas em 1930 — o esgarçamento do liberalismo econômico e, consequentemente, do liberalismo político. Os principais efeitos do liberalismo econômico no Brasil, observados ainda no século XIX, podiam resumir-se numa definição pouco clara do papel do Estado para com a economia. Com relação ao liberalismo político, seu traço indelével era o federalismo, que, segundo o catálogo, secundarizava o poder da União e privilegiava certos estados.

Justamente, a força propulsora da Revolução de 1930 era identificada com o descontentamento para com o "[...] excessivo federalismo" (Exposição Nacional do Estado Novo, 1939, p. 5), herança da estrutura normativa iniciada ainda no período imperial e reforçada pela primeira constituição republicana (1891). A crise econômica de 1929 e a crise política que a ela se relacionou teriam levado Vargas a assumir o poder central de modo provisório. Desse primeiro período, são destacados pelo catálogo: a criação do Ministério do Trabalho e o tratamento conferido ao problema da seca no Nordeste do país.

Revista Humanidades e Inovação - ISSN 2358-8322 - v.11, n.2 - Palmas - TO - 2024

Segundo o texto do catálogo, o período provisório foi marcado, de forma semelhante, pela falta de orientação pós-revolucionária, o que propiciou terreno fértil para que diferentes interesses pudessem pulular no debate nacional. Getúlio, nesse momento, teria se mantido observador, adotando uma postura conciliadora. As diferentes posições encontrariam expressão na Assembleia Constituinte de 1933, da qual resultaria uma carta constitucional longa, difusa e marcada pelos regionalismos (Exposição Nacional do Estado Novo, 1939). A Constituição de 1934, apesar de inspirada nos ímpetos revolucionários, era compreendida como alheia à realidade do país, principalmente por continuar a tradição regionalista. Em outros termos, a desagregação e o excesso de federalismo demandariam ações mais enérgicas por parte do governo central (Exposição Nacional do Estado Novo, 1939, p. 6).

> Como dentro da ordem constitucional era difícil combater os fermentos da desagregação nacional, generalizava-se a impressão de que, mais cedo ou mais tarde, as circunstâncias determinariam um governo de forte concentração da autoridade, como imperativo de salvação pública (Exposição Nacional do Estado Novo, 1939, p. 6).

O esgotamento do liberalismo clássico e a persistência de certa tendência federalista eram tidos como as condições para o irrompimento de práticas centralizadoras. O golpe era a consequência lógica, considerado o desdobramento racional da história. Para essa concepção, um percurso diverso desse destino poderia levar o país aos extremismos. Em defesa da "democracia", cabia ao chefe o Executivo recolocar a Revolução nos trilhos.

> O novo conceito de democracia abandona o formalismo do antigo liberalismo. O indivíduo vive em função da sociedade, que somente o Estado pode representar e encarnar. Assim, cabem a este na vida social funções nitidamente ativas. Respeitando a iniciativa creadora dos indivíduos, ele procura orientá-los e harmoniza-los para o bem comum (Exposição Nacional do Estado Novo, 1939, p. 7).

A definição de democracia que sustentava ideologicamente o regime assentava-se na identificação entre Estado e sociedade (Capelato, 2007). Nessa concepção não seria necessário existir intermediários entre a sociedade e o poder estatal, o que tornava prescindíveis os partidos. Além disso, cabia ao Estado certa parcela de intervenção na economia, limitando-se, porém, pelo respeito às "[...] iniciativas creadoras dos indivíduos" (Exposição Nacional do Estado Novo, 1939, p. 7). Constituía-se, assim, uma forma de exercício do poder baseada na centralização política e na intervenção estratégica na economia.

Substituindo a Carta de 1934, a nova constituição, outorgada em novembro de 1937, era apresentada como mais adequada ao país. Em lugar da difusão de interesses, prevalecia a unidade lógica de doutrina. O realismo era a tônica do discurso: não se tratava de dispor sobre um país ideal, mas sim de instituir meios eficazes de garantir o progresso sob a ordem. O Estado fortalecido era celebrado, constituindo destaques o poder unificador do chefe, bem como seu caráter coordenador e sistematizador das questões nacionais, a quem viriam subvencionar os conselhos e as comissões recém-inauguradas.

Fazendo interlocução direta com as massas, o Estado assumiria a responsabilidade pela garantia da cidadania e pelo zelo para com a nação. Cumpria, então, tornar o indivíduo colaborador do Estado; ater-se para a educação, saúde e cultura; garantir a ordem na sociedade (principalmente, entre os trabalhadores); nacionalizar áreas estratégicas da economia; nacionalizar a imprensa e assumir uma postura autoritária.

Tal era o tom do texto introdutório, que, de forma sumarizada, explicava a intenção da Exposição do Estado Novo, bem como delineava a argumentação que tinha como objetivo legitimar, junto às massas, a instauração do novo regime. Para isso, recorreu ao arrolamento das ações efetivadas entre 1930 e 1938, dispondo-as numa argumentação lógica cuja conclusão só poderia ser o golpe. O silogismo era simples. Se a Revolução de 30 contrapunha-se à desagregação e ao federalismo; e se a Constituição de 1934, derivada do movimento de revolta, não conseguiu fazer

jus ao ímpeto revolucionário, era lógico concluir por uma Carta mais centralizadora e, portanto, mais próxima da substância revolucionária.

Cabe enfatizar que o público-alvo do evento eram as massas, o "homem da rua", como se dizia no Catálogo, a quem era preciso apresentar os feitos e explicar-lhe a relevância dos rumos tomados pelo novo regime. Por isso, tanto no catálogo quanto na Exposição adotou-se certa estrutura dividida em seções (no texto) e em pavilhões (no evento) dispostas em: viação e obras públicas; educação, cultura e saúde; questão social; marinha; atividades agropecuárias; produção econômica; novos códigos; defesa das instituições; relações exteriores; exército; e, por fim, Exposição anticomunista. Nos limites deste texto, atemo-nos à área da educação, realçando o argumento de que, nesta área, o governo procurou, por intermédio da Exposição, legitimar as grandes linhas da política educacional estado-novista.

No pavilhão do MES: uma educação nova para um Brasil novo

Em novembro de 1938, o então ministro da educação, Gustavo Capanema, determinou, por meio da portaria ministerial n. 337, de 16 de novembro de 1938, a composição de uma comissão para reunir-se diariamente no MES com o fim de "[...] coligir os dados necessários à representação do Ministério na Exposição do Estado Novo"[10]. Compuseram a comissão: Abgar Renault; Ernani Agrícola; Lincoln de Freitas e Olímpio Guilherme. A equipe procedeu à síntese das ações levadas a cabo pelo Ministério nos diferentes âmbitos da atuação (educação, cultura, saúde e assistência). Os dados estatísticos estiveram a cargo de Teixeira de Freitas (1930-1995), conhecido estatístico brasileiro envolvido na criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Especificamente, Abgar Renault[11] responsabilizou-se pela sistematização dos dados referentes à seção da educação, provavelmente por sua atuação nessa área.

Tal seção dividiu-se em sete partes, contemplando diferentes aspectos do Ministério da Educação e Saúde (MES) com relação às áreas do ensino. O texto do catálogo introduz a seção destacando as pretensões da pasta ministerial criada em 1930: "[...] *centralizar* e desenvolver todos os serviços de saúde e assistência, cultura e educação até então existentes no país, creando também novos departamentos e serviços" (Exposição Nacional do Estado Novo, 1939, p. 22 grifos nossos). O pavilhão do Ministério teve como fito, então, apresentar os feitos da administração central por meio de recursos visuais que incorporaram as grandes linhas de atuação da pasta.

> Seu interior era dividido por telas ou por painéis de madeira, nos quais os vários setores sob o controle da repartição exibiam, por meio de fotografias, tabelas e gráficos, dados que iam desde o controle de doenças como a Tuberculose, Lepra e Malária a programas de Saneamento e Higiene. No campo educacional, pode-se apontar como relevantes a apresentação do recém-criado Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que mostrava as primeiras ações do departamento, e as maquetes da Cidade Universitária do Rio de Janeiro, de autoria de Marcello Piacentini e do atual Palácio Capanema (Sampaio, 2022, p.7).

10 BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 337, de 16 de novembro de 1938. Rio de Janeiro, DF, 1938.

11 Abgar Renault (1930-1995) foi um professor e político brasileiro. Nascido em Minas Gerais, notabilizou-se por sua atuação no magistério: foi professor da Universidade Federal de Minas Gerias, do Colégio Pedro II e da Universidade do Brasil, onde dirigiu o Colégio Universitário. Foi secretário do Ministério da Educação e Saúde quando da administração Francisco Campos. Imortalizou-se como quinto ocupante da cadeira 12 da Academia Brasileira de Letras.

Figura 2. A Educação na Exposição Nacional do Estado Novo



Fonte: CPDOC-FGV

A ênfase na centralização é uma das marcas do texto do catálogo, assim como do Pavilhão do Ministério em relação à educação. Exemplo disso é a recorrência, tanto no texto como no evento, à construção do prédio do Ministério, à época do evento, bastante incipiente. Descrito como um feito da arquitetura nacional, o prédio, projeto de uma equipe de arquitetos nacionais (dentre os quais, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer) sob supervisão de Le Corbusier, era apresentado como um diferencial no que diz respeito ao amplo aproveitamento do espaço vertical e à estrutura sustentada por *pilotis*, algo que permitia maior integração entre o espaço do edifício e o entorno da cidade. Além da monumentalidade do prédio, as esculturas e a decoração eram mencionadas. Destaque era dado à escultura *Monumento ao Homem Brasileiro*, encomendada a Celso Antonio, mas que não chegou a ser concluída, conforme se vê na seguinte imagem:

Figura 3. Palácio do Ministério da Educação



Fonte: CPDOC-FGV

Na fotografia, o enquadramento busca uma perspectiva ampla que toma, além da maquete do edifício do Ministério, parte do espaço onde ele esteva localizado na Exposição. Numa das paredes do Pavilhão, observamos reproduções de quadros que expressavam características do modernismo plástico brasileiro, com ênfase para as produções de Cândido Portinari. A intenção, inferimos, era atribuir certo aspecto de modernidade às ações do MES, expressas inclusive na materialidade do prédio que o abrigaria (Bomeny, 1999). Com relação à maquete do edifício, é possível ver a fachada do projeto e a escultura encomendada a Celso Antonio — traços que reforçavam a modernidade atribuída à administração central das questões educacionais.

Não por acaso, o edifício figurava em primeiro lugar no pavilhão do Ministério: ele era a incorporação material da nova política educacional, marcada pela centralidade das decisões. Era importante dar a ver à população os aspectos que tal racionalidade centralizadora encerrava, dentre os quais se destacava a modernidade, expressa na arquitetura do edifício. A nova administração era moderna, porque concentrada em um dispositivo burocrático centralizador, que tinha como função conduzir, em âmbito nacional, as questões relativas aos diferentes níveis e modalidades do ensino: da educação escolar à formação profissional; do ensino primário ao ensino superior.

Revista Humanidades e Inovação - ISSN 2358-8322 - v.11, n.2 - Palmas - TO - 2024

Com relação ao ensino superior, a Exposição tratou da criação da Universidade do Brasil, apresentando a maquete que representava o projeto da cidade universitária — delineado pelos italianos Marcelo Piacentini e Vitorio Morpurgo —, bem como enfatizando a reunião das faculdades que compunham a universidade recém-criada. Apresentar a maquete era oportuno, na medida em que se apelava para a visualidade das decisões referentes à formação superior. A Universidade do Brasil seria exemplar no oferecimento da formação em âmbito universitário. Expressão disso seria seu edifício: moderno e destinado a reunir, num espaço, faculdades de diferentes áreas. O caráter nacional com que a questão desse nível de ensino havia sido tratada pelo novo regime era tida como traço da qualidade da administração central: tratava-se de uma universidade nacional, em contraste com as faculdades marcadamente regionais (Exposição Nacional do Estado Novo, 1939).

Figura 4. Ensino Superior na Exposição Nacional do Estado Novo



Fonte: CPDOC-FGV.

Já o ensino secundário era tratado com relação à fiscalização e ao Colégio Pedro II, em vias de consolidar-se como modelo de formação secundária, sobretudo, pelas novas instalações previstas tanto no externato, como no internato. Na fotografia que retrata o espaço destinado aos referidos níveis de ensino, observamos o destaque conferido às reformas pretendidas para o Colégio Pedro II. Além de uma representação fotográfica, percebemos uma maquete a apresentar o projeto arquitetônico projetado por Carlos Leão, como que materializando as ações do Ministério neste âmbito.

Figura 5. Ensino Secundário e Ensino Primário



Fonte: CPDOC-FGV.

Com relação ao ensino primário, destaque era dado ao aumento das matrículas e ao decreto n. 868, de 18 de novembro de 1938[12], que criou a Comissão Nacional do Ensino Primário,

12 BRASIL. Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938. Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, DF, p. 23163, 21 nov. 1938. Em uma lista das fotografias previstas para a composição do pavilhão do MES, estavam indicadas a impressão de "Fotografias grandes do decreto que creou a Comissão do Ensino Primario" (GC f 1935.05.00, p. 364), o que nos indica a relevância de dar a ver o referido decreto na Exposição. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo. Acesso em: 17 fev. 2024.

Revista Humanidades e Inovação - ISSN 2358-8322 - v.11, n.2 - Palmas - TO - 2024

órgão consultivo cuja composição, seguindo a orientação tecnocrática (Sola, 1990), ocorria por determinação do chefe de Estado. Diferentes questões do ensino primário seriam objeto da Comissão, dentre as quais se destacavam o problema do analfabetismo, a unificação das decisões referentes ao currículo e a nacionalização do ensino (Quadros; Machado, 2015).

A questão da nacionalização, em específico, era uma das principais ações do Ministério no que concerne ao ensino primário. "Mencionada e incluída na pauta de discussões e avaliações desde o início do século, a nacionalização do ensino encontrará no Estado Novo o momento decisivo de sua resolução" (Bomeny, 1999, p. 152). O "abrasileiramento" do ensino era questão ainda no fim do século XIX e início do século XX. As ondas imigratórias observadas no período chamavam a atenção daqueles que se preocupavam com a formação de uma identidade tipicamente nacional. O regime que se instaurou após 1930 tinha como projeto político a construção de uma identidade nacional (o novo brasileiro), para o que era necessário superar dois obstáculos: a presença marcante do regionalismo e a existência de núcleos estrangeiros.

A solução para esses problemas localizava-se na padronização e na nacionalização do ensino. O momento ótimo para isso esteve localizado no Estado Novo, quando, além de questões contextuais, a possibilidade de enfrentar, de modo coercitivo, virtuais resistências materializou-se no aparelho autoritário do Estado (Bomeny, 1999). Sob esse viés, em 1938, o Conselho de Imigração e Colonização foi criado[13] e, nesse mesmo ano, criava-se a Comissão Nacional de Ensino Primário, que tinha a função de

> [...] definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira (Brasil, 1938).

Por sua vez, o Decreto nº 948, de 13 de dezembro de 1938, determinava que os assuntos relativos à nacionalização dos filhos de estrangeiros devessem ser tratados pelo Conselho de Imigração e Colonização[14]. De um lado, limitava-se os contingentes imigratórios, do outro, procedia-se à nacionalização do ensino.

A questão adquiria premência na agenda do MES, sendo objeto de ações repressivas, como o fechamento de escolas étnicas em núcleos estrangeiros. Tal era a importância da nacionalização para o Ministério que se chegou a cogitar dedicar-lhe espaço específico na Exposição. Um documento datilografado, encontrado no acervo *Gustavo Capanema* do CPDOC-FGV (GC f 1935.05.00, p. 293)[15], apresenta a *Nacionalização do ensino* como um dos itens da ordem de assuntos a apresentar na referida Exposição (Figura 6). Em um conjunto de notas manuscritas eméritas do gabinete do Ministro (GC f 1935.05.00, p. 334)[16], vemos a representação gráfica do possível pavilhão dedicado à nacionalização (Figura 7), que contaria com um cartaz, uma fotografia na qual seria possível ler o texto da lei (provavelmente, do Decreto n. 868, de 16 de novembro de 1938), um impresso para demonstrar as cifras destinadas aos estados e um painel.

Porém, como se constata nos documentos que apresentam notas de planejamento do evento, dentre os quais a prova mais cabal é a fotografia que apresenta lista dos itens da educação na Exposição (Figura 2), e o rabisco que indica a exclusão do item (Figura 6), a questão da nacionalização não figurou como um dos espaços do evento.

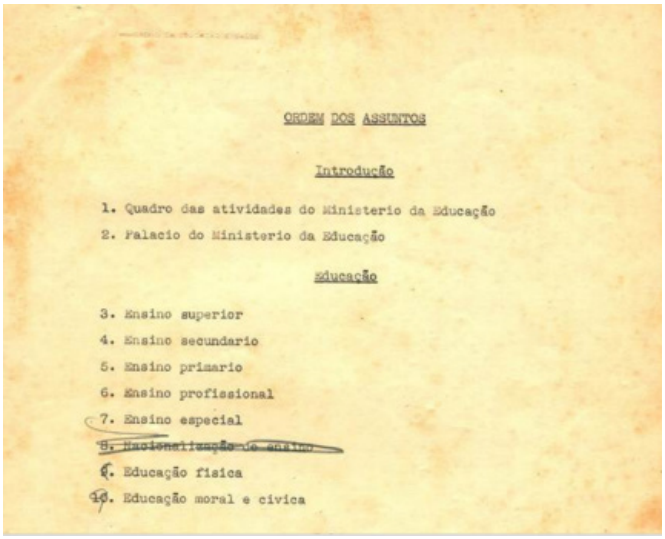
13 BRASIL. Decreto nº 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, DF, p. 8494, 06 mai. 1938.

14 BRASIL. Decreto nº 948, de 13 de dezembro de 1938. Centraliza no Conselho de Imigração e Colonização as medidas constantes de diversos decretos em vigor, tendentes a promover a assimilação dos alienígenas. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, DF, p. 26593, 28 dez. 1938.

15 Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo. Acesso em: 17 fev. 2024.

16 Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo. Acesso em: 17 fev. 2024.

Figura 6. Ordem dos assuntos apresentados na área da educação (MES) na Exposição Nacional do Estado Novo com rabisco sobre o *item 8. Nacionalização do ensino*



ORDEM DOS ASSUNTOS

Introdução

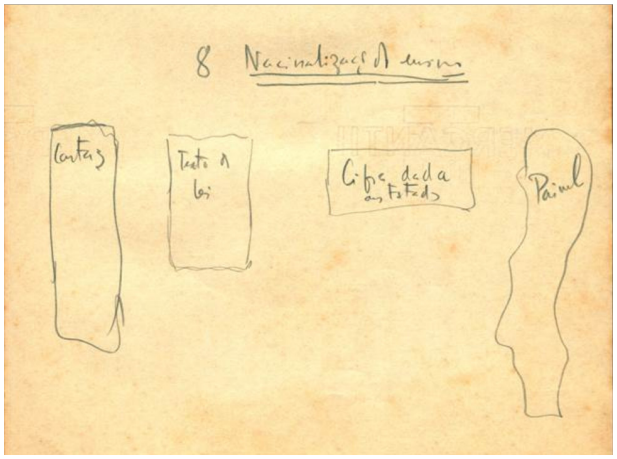
1. Quadro das atividades do Ministerio da Educação
2. Palacio do Ministerio da Educação

Educação

3. Ensino superior
4. Ensino secundario
5. Ensino primario
6. Ensino profissional
7. Ensino especial
8. Nacionalização do ensino
9. Educação fisica
10. Educação moral e civica

Fonte: CPDOC-FGV

Figura 7. Esquema gráfico do possível estande dedicado ao tema da nacionalização do ensino no pavilhão do MES na Exposição Nacional do Estado Novo



Fonte: CPDOC-FGV

A inexistência de um espaço dedicado exclusivamente à questão da nacionalização do ensino leva-nos a questionar o porquê dessa escolha. Se havia a previsão de tratar especificamente dessa questão, por qual motivo retirá-la da programação final do evento? A título de inferência, apresentamos duas suposições. É provável que, diante do alto índice de imigrantes em território, talvez fosse pouco estratégico criar atritos com um forte contingente da população em um certame que se propunha a propagandear para as massas, a legitimidade e, principalmente, a necessidade de uma nova forma de governo. Embora o recrudescimento das medidas "anti-imigratórias" pudesse ser observado, a exemplo, a criação do Conselho de Imigração e Colonização o atesta, não parecia razoável cesurar, dentre as massas, os brasileiros nativos dos cidadãos estrangeiros.

Outra suposição, e essa nos parece pouco mais provável, tem a ver com o fato de que não fazia sentido propor a nacionalização do ensino como um espaço específico do pavilhão do Ministério, uma vez que essa se constituía numa das diretrizes da política educacional, presente, portanto, em todas as medidas adotadas. Da criação do Conselho Nacional de Ensino às reformas do superior, passando pelo delineamento do prédio do MES, a nacionalização fazia-se evidente. Em outros termos, talvez, do ponto de vista propagandístico, enfatizar tal característica em todos os espaços

do pavilhão e, de modo mais acurado, exemplificar tal orientação apresentando o desenvolvimento das disciplinas de educação física e de educação cívica fosse a opção mais assertiva.

Alçadas à condição de altamente importantes, a educação física e a educação cívica figuravam na Exposição. Para cumprir com a obrigatoriedade da educação física nos estabelecimentos de ensino nacionais, exigência imposta pela Constituição de 1937, o texto do catálogo asseverava a intenção do governo federal em fixar uma Escola Nacional de Educação Física, com o fito de formar um corpo docente pronto a atuar em âmbito nacional — formação que, de modo emergencial, esteve confinada à Escola de Educação Física do Exército. Já a educação cívica era apresentada segundo sua finalidade: "[...] preparar o cidadão" (Exposição Nacional do Estado Novo, 1939, p. 24), para o que devia concorrer o recurso ao "exemplo dos grandes homens" e às "paradas e marchas" (Exposição Nacional do Estado Novo, 1939, p. 24). Ainda certas expectativas do Ministério eram representadas, embora, de modo sucinto, limitando-se a enunciar a expectativa de um "plano completo de realizações" a ser elaborado.

Figura 8. Educação Cívica na Exposição Nacional do Estado Novo



Fonte: CPDOC-FGV

Figura 9. Educação Física na Exposição Nacional do Estado Novo



Fonte: CPDOC-FV

Como é possível observar nas fotografias, o tratamento das disciplinas de educação física e de educação cívica na Exposição Nacional do Estado Novo concentrou-se nas ações concretas observadas em escolas nacionais. As fotografias eram as estratégias de que o MES lançou mão nessa direção. Eram apresentadas imagens de desfiles cívicos e de jovens realizando exercícios físicos. Em aparência, a narrativa pretendida buscava relacionar o desenvolvimento do civismo aliado ao fortalecimento muscular da juventude nacional — retórica apresentada em diferentes discursos sobre o tema da nacionalização do ensino nesse período (Bomeny, 1999).

O ensino profissional e o ensino especial eram também apresentados no certame. O

Revista Humanidades e Inovação - ISSN 2358-8322 - v.11, n.2 - Palmas - TO - 2024

ensino profissional, considerado aquém até os anos 1930, sofreu novo vigor com a instalação do novo regime: novas escolas profissionais eram construídas. Já com relação ao ensino especial, a subvenção aos Instituto Nacional de Surdos-Mudos e ao Instituto de *Cégos* Benjamin Constant era o destaque das ações do MES nesse âmbito. Novamente, o recurso às fotografias marcava a Exposição no que respeita ao ensino profissional e ao ensino especial. Além de representações das instituições de ensino correspondentes a essas modalidades, eram também apresentados recursos materiais mobilizados no ensino das profissões e no ensino das pessoas com deficiência. Desse modo, é possível argumentar pelo uso daquilo que se tem convencionado chamar, no campo de estudos em História da Educação, de *cultura material escolar* (Paulilo, 2019; Souza, 2007) como estratégia de legitimação das políticas educacionais no campo do ensino profissional e do ensino especial.

Figura 10. Ensino Especial na Exposição Nacional do Estado Novo



Fonte: CPDOC-FGV

Figura 11. Ensino Profissional na Exposição Nacional do Estado Novo



Fonte: CPDOC-FGV

Ainda, é válido observar que algumas das fotografias que retratam a Exposição apresentam a figura de Gustavo Capanema e de Getúlio Vargas visitando o pavilhão do Ministério. O culto à personalidade do presidente é estratégia propagandística há muito observada na literatura que trata da propaganda no Estado Novo (Capelato, 1999; Lacerda, 2000). No entanto, predominam as fotografias que demonstram os "feitos" do regime. Para Lacerda (2000), a ênfase nas obras do governo é um recurso pelo que o regime procurou veicular a imagem de um *Estado-obra*, isto é, de um Estado materializado em monumentos e em ações, através dos quais se veicula a imagem do líder por trás dos grandes feitos.

Considerações finais

Em suma, a Exposição Nacional do Estado Novo pretendia apresentar aos leitores e espectadores inventário das ações levadas a cabo pelos ministérios do governo Vargas entre 1930 e 1938. Certo tom continuísta impera no discurso: as obras realizadas no aludido período continuariam sob o Estado Novo. Esse tom foi adotado com a intenção de legitimar o governo recém-instituído como consequência lógica, como desdobramento previsto daquilo que se iniciou nos anos 1930.

No que diz respeito à educação, em específico, a Exposição buscou legitimar as diretrizes da política educacional sob o Estado Novo: a nacionalização e a centralização. Por meio de fotografias, maquetes, painéis e sínteses textuais, o governo apresentou as realizações executadas, destacando a atuação do Ministério nos diferentes âmbitos que compõem a área do ensino: superior, com a criação da Universidade do Brasil; secundário, com a reestruturação das instalações do Colégio Pedro II; primário, com a criação da Comissão Nacional do Ensino Primário; profissional e especial, com a subvenção dos Institutos relacionados à instrução de pessoas com deficiência e à formação profissional; e, em especial, com a promoção da educação física e da educação cívica, tidas como disciplinas formadoras do cidadão brasileiro, responsáveis pelo fomento de uma consciência patriótica e de uma disposição corporal desenvolta — questões que sofrerão tratamento específico a partir da Reforma do Ensino Secundário, instituída em 1942 (Bomeny, 1999; Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000).

Portanto, a participação do MES na Exposição Nacional do Estado Novo pode ser tida como estratégia de legitimação (Certeau, 1998) dos rumos das diretrizes da política educacional. Para isso, o governo lançou mão de representações (Chartier, 1991, 2002), vinculadas ao autoritarismo, como forma de argumentar pela cuja conclusão era o Estado Novo: a centralização e nacionalização eram os rumos inevitáveis da educação brasileira, a consequência lógica dos acontecimentos históricos que se iniciaram nos anos 1930 e só teriam termo em 1945.

Recurso como maquetes, fotografias e painéis demonstram a intenção de se aproximar de amplo público. O apelo à visualidade marcou a estratégia da Exposição no sentido de difundir a ideologia do novo regime. Em relação ao MES, os recursos visuais materializaram a centralização e a nacionalização que o órgão imprimia à administração das questões educacionais. O objetivo era mostrar à população as ações realizadas pelo Ministério, as quais poderiam ser vistas nas representações dos edifícios a construir, nas imagens de desfiles ou nos artefatos mobilizados.

Referências

BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 4, n. 1, p. 211–261, 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47141996000100017&tlng=pt. Acesso em 23 de set. 2024.

BELLO, Rita de Cássia Guaraná. **Revisitando o Estado Novo, através das Imagens da Grande Exposição Nacional de Pernambuco 1939-1940**. 2006. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BENJAMIN, Walter. Paris, a capital do século XIX. *In*: BENJAMIN, Walter. **Paris, a capital do século xix e outros escritos sobre cidades**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2022.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/ Ed. Universidade de São Franscisco, 1999. p. 137–166. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.

br/dspace/handle/10438/6762. Acesso em: 23 de set. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano:** o tempo do Nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 108–143.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 167–189.

CAPELATO, Maria Helena. The Estado Novo: Politics and Political Propaganda in Brazil, 1937–1945. *In*: **Oxford research encyclopedia of latin american history.** Oxford: Oxford University Press, 2021.
CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Notas para reavaliacao do movimento educacional brasileiro (1920-1930). **Cad. pesqui**, n. 66, p. 4–11, 1988. Disponível em: http://search.bvsalud.org/portal/resource/en/psi-4687. Acesso em 23 de set. 2024.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 225–251.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Algés: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11 SE-, p. 173–191, 1991.

COSTA, Rafael Guimarães. **Revisitando o Estado Novo:** o que nos dizem os Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHEs/2000-2015). 2018. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estatismo:** do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo - Segunda República (1930-1945). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FRAGA, André Barbosa. A propagação das ideias anticomunistas para crianças na Exposição Nacional do Estado Novo (1938). Cordis: Revista Eletrônica De História Social Da Cidade, n. 18, p. 3–38, 2017.

FUNARI, Pedro Paulo A. Falos e Relações Sexuais: Representações Romanas para Além da "Natureza". *In*: FUNARI, Pedro Paulo A.; FEITOSA, Lourdes Conde; SILVA, Glaydson José da (org.). **Amor, desejo e poder na Antiguidade:** relações de gênero e representações do feminino. São Paulo: FAP-Unifesp, 2014. p. 301–323.

GARCIA, Nélson Jahr. **Estado Novo:** Ideologia e Propaganda Política. Rio de Janeiro: RocketEdition, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. O Estado Novo e o debate sobre populismo no Brasil. **Sinais Sociais**, n. 25, p. 9–37, 2014.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 3. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas:** a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LACERDA, Aline Lopes de. Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial Obra Getuliana. *In*: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Capanema:** o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 109–143.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, v. 0, n. 115, p. 103, 1983. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796. Acesso em: 23 de set. 2024.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PAULILO, André Luiz. A cultura material da escola: apontamentos a partir da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. 1–24, 2019. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/46818. Acesso em: 23 de set. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 2, n. 1, p. 151–168, 1994.

QUADROS, Raquel Dos Santos; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Gustavo Capanema: criação da Comissão Nacional de Ensino Primário. **Educação (UFSM)**, v. 40, n. 2, p. 413–424, 2015.

SAMPAIO, Gustavo de Almeida. Espaços de consenso — propaganda, política e arquitetura nas Exposições Nacionais Getulistas. **Pós-FAUUSP**, v. 29, n. 55, p. 1–16, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/inss.2317-2762.posfau.2020.181845. Acesso em: 23 de set. 2024.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Francisco Campos: um ideólogo para o Estado Novo. **Lócus: revista de história**, v. 13, n. 2, p. 31–48, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. *In*: CARDOSO, Fernando Henrique; FAUSTO, Boris (org.). **Corpo e Alma do Brasil**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 256–282.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163–189.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). **Estado Novo. Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982. p. 71–108. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 23 de set. 2024.

Recebido em 18 de dezembro de 2023.
Aceito em 23 de fevereiro de 2024.